



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025/SAAF/SEFAZ SEFAZ-PRO-2024/10553	
<b>OBJETO:</b>	Contratação de serviço especializado de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, mediante credenciamento, para atender a demandas de prestação de serviços de arrecadação de tributos e outras receitas públicas estaduais através de documento de arrecadação estadual – DAR e guia nacional de receitas estaduais – GNRE, obrigatoriamente em padrão FEBRABAN, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
<b>REQUERENTE</b>	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
<b>PROCESSO</b>	SEFAZ-PRO-2026/01929

### ATA DE REUNIÃO

**Aos 10 dias de março de 2026**, às 8h30 min, reuniram-se os membros da Comissão de Contratação, designada na Portaria 028/2025/SAAF-SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do dia 14 de março de 2025 (edição n. 28.949, p. 51/52), **para efetuar a análise dos documentos da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CNPJ 00.360.305/0001-04**, em atendimento ao edital de chamamento público em epígrafe. A reunião foi realizada na sala de reuniões da Superintendência de Aquisições e Contratos, Complexo II, 2º andar, da sede da SEFAZ/MT.

Os documentos foram enviados pela requerente para o e-mail [licita@sefaz.mt.gov.br](mailto:licita@sefaz.mt.gov.br) no dia 09 de março de 2026, sendo registrados (fls. 02/380) e autuados no SIGADOC sob o n. SEFAZ-PRO-2026/01929, os quais a Comissão passou a analisar.

Item do Edital	Exigência	Atendimento	Fls.
<b>6.2.1.</b> (pedido)	O Pedido de Credenciamento deverá ser apresentado devidamente preenchido conforme o modelo do Anexo III do Edital, acompanhado dos documentos relacionados nos itens a seguir.	SIM (assinada por João Henrique Cruz de Oliveira, Indicado como representante Edson Arlbernaz Rondon Junior)	05
<b>6.3.1</b> (habilitação jurídica)	a) Procuração do representante legal que representará a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA perante a SEFAZ (art. 12 da Portaria nº 069/2000-SEFAZ), dispensando-se este documento apenas se o representante perante a SEFAZ já estiver indicado nos atos constitutivos;	SIM (instrumento público válido até 09/11/2026)	18/21 e 27
	b) Cédula de Identidade do representante legal da empresa indicado no pedido de credenciamento;	SIM	22/23
	c.1) Documento constitutivo da empresa, acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva (...)	SIM	24/26 340/380





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

	d) No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.	Não se aplica	
	e) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.		
<b>6.4.1. (regularidade fiscal e trabalhista)</b>	a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC/MF) ou no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas: <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a> ;	SIM	28
	b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos <b>Tributários Federais</b> e à Dívida Ativa da União, inclusive de contribuições previdenciárias, a qual pode ser emitida no site: <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a> ;	SIM Certidão Positiva com efeito de Negativa Válida até 03/06/2026	29
	c) Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – <b>FGTS</b> , emitida pela Caixa Econômica Federal, podendo ser retirada no site: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a> ;	SIM Certificado de Regularidade Válida até 31/03/2026	30
	d) Certidão Negativa de Débitos Tributários Estaduais <b>não inscritos em Dívida Ativa</b> , expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário;	SIM Certidão Positiva com efeito de Negativa Válida até 07/05/2026	13/14 e 31/32
	e) Certidão Negativa de Débitos Tributários Estaduais <b>inscritos na Dívida Ativa</b> , expedida pela Procuradoria-Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;	SIM Certidão Positiva com efeito de Negativa Válida até 07/05/2026	13/14 e 31/32
	f) Certidão de Regularidade dos Débitos tributários e da dívida ativa <b>Municipal</b> , expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;	SIM Certidão Positiva com efeito de Negativa Válida até 07/05/2026	13/14 e 31/32
	g) Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas - <b>CNDT</b> , emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos.	SIM Certidão Positiva com efeito de Negativa Validade 02/09/2026	34/44
<b>6.5.1. (qualificação econômico-financeira)</b>	a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório.	SIM  LG: 1,13 e 1,12 SG: 1,13 e 1,12 LC: 1,09 e 1,08	49-331
	b) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.	SIM (patrimônio líquido de R\$ 128.475.260,00 e R\$ 140.151.764,00 em 2023 e 2024, respectivamente)	49-331
<b>6.6.1. (qualificação técnica)</b>	a) certidão de homologação do <b>TESTE PILOTO</b> , previsto no art. 12, § 3º, da Portaria nº 069/2000-SEFAZ, obtido de conformidade com as condições previstas na cláusula 8ª deste Edital;	SIM	339





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

	b) relação de seus estabelecimentos no Estado, e/ou território nacional que integrarão o Sistema de Arrecadação Estadual, por município, contendo as seguintes informações (art. 12, §1º, II, da Portaria nº 069/2000-SEFAZ): b.1) número de inscrição no CNPJ; b.2) endereço completo; b.3) código da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA na Câmara de Compensação; b.4) código dos estabelecimentos;	SIM	332-338
	c) certidão de autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil, dentro do prazo de validade (certidão disponível no link < <a href="https://www3.bcb.gov.br/certiaut/emissao/emissao">https://www3.bcb.gov.br/certiaut/emissao/emissao</a> >)	SIM	48
<b>6.7.1</b> <b>(declarações)</b>	I. Para todos os efeitos legais, está ciente e atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório ou contratação direta, sob pena das sanções cabíveis;	SIM	06
	II. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;	SIM	06
	III. As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;	SIM	06
	IV. Não possui em seu quadro de pessoal e societário servidor público do Poder Executivo Estadual nas funções de gerência ou administração, conforme o art. 144, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do órgão ou entidade contratante em qualquer função, nos termos do Art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;	SIM	06
	V. Não há sanções vigentes que legalmente o proibam de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade contratante;	SIM	06
	VI - Para fins do disposto no inciso VI, artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;	SIM	06
	VII - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.	SIM	06



SEFAZ/DIC/202606803





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Por esta razão, a Comissão de Contratação considerou que a instituição financeira requerente **cumpriu todos os requisitos do edital, sendo declarada HABILITADA, com fundamento no item 7.2.1, 'a', do edital.**

Nos termos do item 7.5 do edital, esta ata será assinada e disponibilizada no Portal de Aquisições do Governo do Estado de Mato (SIAG), além de publicado aviso da decisão no Diário Oficial do Estado.

Nada mais havendo a registrar, a reunião foi encerrada às 09h, lavrando-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão de Contratação presentes.

Roger Doss  
Presidente da Comissão de Contratação

Marcia dos Santos Amorosino  
Membro da Comissão de Contratação

Emmanuelle da Silva Santos Joanoni  
Membro da Comissão de Contratação

